

## SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 52.620.551/0001-51

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em 29 de setembro de 2023 foi aprovada a constituição da SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "SP Securitizadora"), companhia subsidiária da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., com a finalidade

de atuar como uma sociedade para a aquisição de direitos creditórios oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, originadas e cedidas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de arrendamento

mercantil e sociedades de crédito direto para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários para oferta a investidores, nos termos da Lei das S.A. A Companhia finalizou o exercício de 2025 registrando Lucro Líquido de R\$ 161,

Patrimônio Líquido de R\$ 2.123 e Ativos Totais de R\$ 2.239. Para fins de pagamento de dividendos, a SP Securitizadora considera o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25% conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. A Administração

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.102	1.961
Tributos a Compensar	5	34	9
Outros Ativos	6	100	32
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.236</b>	<b>2.002</b>
Ativo Fiscal Diferido	14	3	-
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>3</b>	<b>-</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.239</b>	<b>2.002</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	Capital		Total
	Nota	2025	
Lucro Líquido do Exercício		161	161
Reserva Estatutária		1	1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>162</b>	<b>162</b>
Lucro Líquido do Exercício		161	161
Reserva Legal		8	8
Reserva Estatutária		114	114
Dividendos a pagar		(38)	(38)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.000</b>	<b>2.123</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

**1. Contexto Operacional** – A SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "SP Securitizadora") atua como uma sociedade para a aquisição de direitos creditórios oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, originadas e cedidas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades de crédito direto para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários para oferta a investidores, nos termos da Lei das S.A. No exercício de seu objeto social e na qualidade de Emissora dos Certificados de Recebíveis, a Companhia constituiu os Patrimônios Separados CR Supplier e CR Capital de Giro, conforme Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, bem como às demais normas e legislações aplicáveis aos Patrimônios Separados. Na qualidade de investidora e titular dos Certificados de Recebíveis do CR Supplier figura a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. (Supplier Administradora), companhia controlada pela TOTVS Techfin S.A. ("Techfin"). No âmbito do CR Capital de Giro, a Techfin atua como cotista subordinada, enquanto o Itaú Unibanco S.A. figura como cotista sênior.

**2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração dos resultados:** o resultado é registrado pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da SP Securitizadora. **c. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado. **d. Mensuração do valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras

são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia:

Classificação	Nota		2025		2024	
	Nota	2025	2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.102	1.961	1.961	1.961	1.961
Instrumentos Financeiros Ativos					2.102	1.961
<b>e. Uso de estimativas:</b> As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: - Impostos diferidos – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias devedoras e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. - Provisão para contingências – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. <b>f. Novas Políticas Contábeis adotadas ou revisadas:</b> A seguir apresentamos pronunciamentos novos ou revisados para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2025 que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas: - Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças das taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto e a ICP09 – Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.						

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa** 2025 2024  
Depósitos bancários 42 1  
Letras Financeiras do Tesouro¹ 2.060 1.960  
**Total** 2.102 1.961

**5. Tributos a Compensar** 2025 2024  
Imposto de renda a compensar 24 6  
Contribuição social a compensar 10 3  
**Total** 34 9

**6. Outros Ativos** 2025 2024  
CR Agro¹ - 32  
TOTVS Techfin² 100 -  
**Total** 100 32

¹ Refere-se ao reembolso da despesa com honorários relacionada à estruturação do CR Agro que foi paga pela SP Securitizadora.  
² Refere-se ao contas a receber gerado pela remuneração pela prestação de serviços de escrituração da operação de securitização.

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

**KPMG Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP 014.428/0-6

**Marco Antonio Pontieri** Contador CRC 1SP 153.569/0-0

Aos acionistas e aos administradores da **SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** | São Paulo-SP  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "Securitizadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/05/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

